

Ensino Superior, Ciência e Sociedade
Debate sobre Carreiras no Ensino Superior
23 de janeiro de 2018
Universidade da Beira Interior, Covilhã

- Gonçalo Velho: Há carreiras na Universidade?
- Manuel Rocha Armada: Bibliometria versus Avaliação por pares na avaliação e concursos
- Orfeu Bertolami: Ensino versus Investigação: implicações na avaliação e progressão
- Tiago Dias: Recrutamento e vinculação: carreiras versus convidados

Naturalmente, todos os temas que foram solicitados aos intervenientes deste debate para desenvolver estão interligados entre si. Assim sendo, começarei por tecer um conjunto alargado de considerações sobre estas temáticas antes de abordar o tema que me foi especificamente designado: Ensino versus Investigação: implicações na avaliação e na progressão.

É evidente que o nosso sistema universitário não está suficientemente desenvolvido para tratar da questão das carreiras de uma forma produtora e desburocratizada. As carreiras devem ser o reflexo da qualidade do desempenho das atividades universitárias. Quais tarefas? Ensino, investigação, divulgação, gestão, criação de riqueza, etc. Julgo que as quatro primeiras destas atividades são indispensáveis, mas naturalmente muitas outras podem ser vantajosamente consideradas. O problema é traduzir estas atividades num conjunto de factos objectivos que possam ser reconhecidos e apreciados e que deem origem à promoção e à mobilidade na carreira.

Como fazê-lo? Desacoplando no ECDU procedimentos de promoção e contratação, segundo critérios de mérito absoluto e padrões de avaliação internacionais.

Na minha opinião, esta alteração no ECDU responde ou pelo menos mitiga, o problema levantado pelo Gonçalo.

Como chegar a juízos e consensos nos procedimentos de avaliação e nos concursos? A questão abordada pelo Manuel.

Por favor, desculpem-me pela falta de sofisticação da minha resposta. Com bom senso! O procedimento de avaliação pelos pares é naturalmente o único processo possível para avaliar a complexidade e a diversidade das atividades

que todos nós desenvolvemos; contudo, esta não dispensa algum tipo de análise bibliométrica, alguma avaliação subjetiva do alcance, impacto e originalidade do trabalho científico e pedagógico, da iniciativa e das inovações no trabalho de gestão, etc.

Como “estimular” o exercício do bom senso necessário para se bem avaliar? Uma vez mais, desculpem-me pela falta de sofisticação. Criando e desenvolvendo um espírito universitário que valorize e avalie sem preconceitos e com honestidade intelectual. Naturalmente, eu tenho perfeita consciência que esta perspectiva pode ser vista como algo utópica. Na verdade, embora eu não aprecie tirar ilações de experiências pessoais, eu posso dizer que a minha evolução no nosso sistema universitário é uma ilustração da estreiteza de uma certa mentalidade e da desonestidade intelectual que prevaleciam até há uns poucos anos; contudo, na última década sobretudo, vimos uma mudança importante da moldura humana nas nossas Universidades e já praticamente não existem as figuras mais proeminentes do passado: professores catedráticos e associados que chegaram a estas posições por conta do decreto Vítor Crespo que, em 1979, deu meios administrativos às Universidades para promover, sem concurso, os docentes doutorados a professores associados, e os docentes doutorados com agregação a professores catedráticos. Esta medida administrativa bloqueou o sistema por 40 anos. E esta é uma importante lição a reter no que diz respeito ao decreto lei nº 57/2017 de 29 de Agosto das contratações científicas. Esta questão tem que ser abordada com muita precaução e com a preocupação de não bloquear o sistema nas próximas décadas.

Outra figura que praticamente já não existe nas nossas Universidades é a do investigador profissional contratado, inicialmente pelo INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica, e o “CNRS” português encerrado em 1992), que, via de regra, não dava aulas, não exercia cargos de gestão e, não é preciso dizê-lo, não fazia investigação!

Considero que estas “extinções em massa”, foram benéficas para o sistema. Eu também considero benéfico para o sistema, ainda que algumas vezes de forma algo caricatural, o interesse dos políticos nacionais na ciência, na investigação e na inovação. Por exemplo, o Dr. Santana Lopes, candidato derrotado à liderança do PSD, cantou loas à importância da investigação e da inovação, algo sobre a qual ele não tem a mais pálida ideia; ouvimos membros do PCP a falarem sobre as maravilhas da medicina em Cuba, e nostalgicamente, sobre os avanços científicos do período soviético; ouvimos alguns membros do BE a emitirem opiniões sobre o sistema universitário com muito pouco ou nenhum conhecimento de causa; a falta de um enquadramento financeiro claro para a aplicação do decreto lei nº 57/2017 é um factor de incerteza e indefinição que demonstram que o governo não compreendeu quão importante é a estabilidade

institucional e financeira das condições para a continuidade e o desenvolvimento da investigação.

Estes sinais, embora contraditórios, são liquidamente positivos e indicativos de que a Universidade, a ciência e as carreiras científicas são hoje temas incontornáveis na nossa sociedade.

Na verdade, na minha opinião, o maior contributo que os políticos poderiam dar às Universidades, ao ensino, à investigação, etc., era chegarem a um acordo alargado relativamente aos gastos na investigação-ensino-inovação de modo a encara-los como investimentos e não como despesas do Estado. Um consenso alargado dos partidos com representação na Assembleia da República poderia dar origem a movimentações neste sentido a nível europeu.

Claro, no que concerne à sociedade, as questões relacionadas com a Universidade, ciência e inovação dizem necessariamente respeito à correlação entre os investimentos realizados e os benefícios para a sociedade. O clássico problema da determinação da fracção dos resultados científicos que são revertidos para o bem da sociedade e qual o seu horizonte temporal. Desnecessário será dizer que não há uma resposta definitiva e satisfatória para esta questão. O horizonte temporal dos benefícios da Ciência é variável, embora tenha-se estreitado consideravelmente nas últimas décadas. Para os interessados, sugiro um breve texto que escrevi sobre a matéria em 2004, “What is fair to ask society to fund?” (<https://arXiv.org/abs/Physics/0411026>).

Relativamente ao mote, Ensino versus Investigação, a oposição entre as duas actividades é naturalmente uma provocação. A actividade universitária sem a investigação não é simplesmente universitária. O ensino, quando encarado com seriedade, tem no seu seio uma importante componente de investigação e inovação, tanto no conteúdo dos planos de estudo e dos programas das cadeiras como nas metodologias adoptadas, na tipologia das aulas, etc. No meu entender, ensino e investigação são as actividades mais importantes dos docentes universitários, e não se pode admitir nada menos do que as duas componentes do binómio “ensino-investigação” sejam equacionadas em todas as estratégias de optimização dos resultados que todos os docentes universitários têm o dever de apresentar à sociedade.

E naturalmente, estes resultados devem fazer parte integrante de qualquer processo de avaliação e de progressão na carreira. Relativamente à questão da progressão na carreira eu já enunciei o meu princípio fundamental: desacoplamento dos procedimentos de promoção e contratação. Depois de efectuada esta separação, que penso ser essencial, e eu apelo a todos os intervenientes que considerem a remoção deste obstáculo do ECDU como prioritário, então poderemos começar a discutir calma e responsabilmente sobre critérios, modelos e procedimentos de avaliação para a promoção. Na verdade, considero que os procedimentos de avaliação que foram implementados nas

nossas Universidades são um exercício falhado e estéril. A avaliação que faz sentido é aquela que dá origem à progressão na carreira. E não é preciso reinventar a roda para se chegar a consenso sobre os critérios a adoptar. O critério de mérito absoluto segundo padrões científicos e pedagógicos internacionais é, na minha opinião, o único aceitável. E é com base no binómio ensino-investigação que eu abordo a questão de recrutamento e vinculação, a questão colocada ao Tiago, meu colega de sindicato.

Na minha opinião, o recrutamento e a vinculação à Universidade só pode acontecer com base no potencial que os candidatos putativos têm para exercer funções de ensino e investigação.

Eu sou da opinião que a carreira de investigação que não seja a universitária, que envolve necessariamente o ensino, não deve existir numa base de contratos permanentes. Entendo que a FCT deve ter a liderança no processo de transformação das bolsas em contratos de investigadores, porém estes não devem ser permanentes.

As carreiras de investigação e de docente universitário devem ser permeáveis, mas a primeira deverá ser preferencialmente uma actividade a termo fixo, nunca permanente.

Orfeu Bertolami

Departamento de Física e Astronomia

Faculdade de Ciências, Universidade do Porto